



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009070-07.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
Requerente: **Josimar Bruno Ribeiro Flores**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que manteve contrato de prestação de serviços com a ré, o qual foi cancelado regularmente.

Alegou ainda que posteriormente a ré passou a emitir cobranças cuja validade refutou e, como se não bastasse, ela promoveu sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito sem que houvesse amparo para tanto.

Já a ré em contestação reconheceu ter emitido declaração de inexistência de débitos em favor do autor, mas ressaltou que ela se referia a um contrato e a dívida que deu causa à sua negatificação a outro (fl. 22).

Como se não bastasse, a ré apresentou uma relação de linhas contratadas pelo autor, além de acrescentar que o contrato referente ao plano de banda larga está cancelado e com débitos em aberto (fl. 23, primeiro parágrafo).

Como o autor em réplica negou tais contratações, a ré foi instada a comprová-las (fl. 59), mas não o fez (fl. 61).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Além desse fato, reputo que a ré não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de demonstrar a regularidade da dívida trazida à colação.

Não detalhou como ela foi apurada e a que serviços específicos diria respeito, cumprindo ressaltar que nem mesmo o seu montante exato foi apurado com precisão (a "tela" de fl. 23 alude a R\$ 36,88, mas os documentos de fls. 05/06 e 08 indicam o montante de R\$ 172,77).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que a ré não produziu provas a propósito de sua condição de credora do autor que viabilizasse a negativação deste.

Em consequência, ela se tem por ilegítima, de sorte que prospera o pleito exordial para o reconhecimento da inexistência do débito.

Solução diversa aplica-se ao pedido de ressarcimento pelos danos morais experimentados pelo autor.

Não obstante se reconheça que a indevida negativação renda ensejo a isso, o documento de fls. 16/17 leva a conclusão contrária.

Ele demonstra que o autor ostenta diversas outras inscrições além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas.

Isso inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravamento desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência do débito apontado nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 10/11.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**